

**ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE CAMAÇARI**  
**FAMEC Faculdade Metropolitana de Camaçari**

Autorizada a funcionar pela Portaria Ministerial nº 231/98 publicada no Diário Oficial da União em 27/04/98

**TENHO ALUNO TEA, E AGORA?: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA).**

**Nandyalla Santos Almeida**

Graduanda em pedagogia pela Faculdade Metropolitana de Camaçari  
[nandyallasantos@gmail.com](mailto:nandyallasantos@gmail.com)

**Luciene dos Reis Santos**

Orientadora - Professora da Faculdade Metropolitana de Camaçari  
[lucienereis01@gmail.com](mailto:lucienereis01@gmail.com)

**RESUMO**

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é a desordem do desenvolvimento neurológico, existente desde o nascimento ou começo da infância. A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem sido um desafio, tanto para gestores quanto para professores e a maioria das escolas ainda não estão preparadas para receber esses estudantes. Considerando o processo de alfabetização e letramento ao qual as crianças iniciam a leitura dos símbolos alfabéticos e simbólicos, é um desafio ainda maior considerando a criança com TEA. Em função disto, este trabalho se propôs a investigar estratégias metodológicas que podem ser desenvolvidas por professores no processo de alfabetização e letramento de estudantes dentro do Espectro do Autismo. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa de campo que utilizou como aporte teórico, artigos já publicados em revistas científicas, livros de autores especializados na área de alfabetização e letramento, espectro do autismo com a finalidade de dar fundamentação às construções nesta investigação. Fizeram parte da pesquisa 8 professores, todos da rede privada de ensino. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um questionário pelo google forms, a fim de realizar a coleta dos dados. Este trabalho evidenciou como estratégias metodológicas **a estimulação sensorial através de recursos concretos e lúdicos** como jogos para prender a atenção do estudante, quebra cabeça, jogos e utilização do alfabeto móvel para o aluno formar sílabas, personaliza e traz mais possibilidades tanto para o educador quanto para o estudante TEA. Ainda é necessário que ocorra mudanças, tanto em termos de recursos, quanto de formação continuada dos profissionais com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem desses indivíduos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Alfabetização e Letramento; Autismo.

## **ABSTRACT**

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a neurological development disorder that exists from birth or early childhood. The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular schools has been a challenge, both for managers and for teachers, and most schools are not yet prepared to receive these students. Considering the literacy and literacy process in which children begin to read alphabetic and symbolic symbols, it is an even greater challenge considering the child with ASD. As a result, this work proposed to investigate methodological strategies that can be developed by teachers in the literacy and literacy process of TEA students. For this purpose, a bibliographical research was developed through available articles already published in scientific journals, books by authors specialized in the area of literacy and literacy, autism spectrum in order to give theoretical support to the constructions in this investigation. Eight teachers took part in the research, all from the private school system. As a data collection instrument, a questionnaire was applied using google forms, in order to carry out data collection. This work showed that continuing education is important for teachers on the specifics of the spectrum and that the use of concrete materials in the literacy and literacy process personalizes and brings more possibilities for both the educator and the TEA student. Changes still need to occur, both in terms of resources and the continuing education of professionals, in order to enable the development of strategies that favor the development and learning of these individuals

**Keywords:** Inclusive education; Literacy and Literacy; Autismo

## **INTRODUÇÃO**

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é a desordem do desenvolvimento neurológico, existente desde o nascimento ou começo da infância. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, pessoas dentro do espectro podem apresentar déficit na comunicação ou interação social como, por exemplo, nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade sócio emocional e podem ter padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos repetitivos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais.

A instituição escolar é primordial e de grande significado no processo de descoberta e inclusão do indivíduo TEA nos processos de comunicação social e identidade, esse caminho começa pela educação infantil, etapa importante do desenvolvimento social e afetivo da criança. Nos últimos anos esse processo vem se consolidando através de estratégias metodológicas que buscam priorizar o contexto social e familiar daquele indivíduo, como também trazer para o espaço escolar uma aprendizagem mais afetiva e com criações de vínculos entre os envolvidos nesse processo.

Essas práticas devem ser orientadas e se consolidam através dos eixos estruturantes presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde podemos identificar o brincar e as interações como forma de propiciar experiências nas quais as crianças representem o seu dia a dia e as relações com os seus pares. A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem sido um desafio, tanto para gestores, quanto para professores, especialmente quando se trata do aspecto metodológico, um dos elementos centrais para a garantia dos direitos de aprendizagem. Todavia, a ausência de suporte institucional, de políticas públicas efetivas que priorizem a formação continuada do educador, são elementos que contribuem para um processo inclusivo insuficiente, e às vezes inexistente.

Considerando o exposto anteriormente este trabalho traz a seguinte indagação: Quais estratégias o professor/educador pode explorar para criar situações metodológicas que possibilitem o processo de alfabetização e letramento do estudante com TEA? Como objetivo geral, este trabalho se propôs a “identificar estratégias metodológicas que podem ser desenvolvidas por professores durante o processo de alfabetização e letramento dos alunos TEA, que podem favorecer o processo de aprendizagem destes estudantes”. Como objetivo específico discutir a inclusão da criança com Tea na escola regular de ensino bem como os desafios para a promoção da alfabetização e letramento; identificar e analisar práticas

pedagógicas que contribuam de forma efetiva com o processo de alfabetização da criança com o espectro do autismo.

Quando abordamos a inclusão de crianças autistas no âmbito escolar, logo nos lembramos da figura do professor como peça principal desse quebra cabeça, por conta disso após longas reflexões me deparei com as seguintes hipóteses para a efetivação deste artigo e a primeira delas é, propiciar um espaço acolhedor que possibilite o professor a observar e avaliar a própria prática a fim de estabelecer recursos e metodologias ativas baseadas na aprendizagem afetiva e de desenvolvimento proximal com as outras crianças. Como também enfatizar a importância da formação continuada desses educadores fazendo com que esse acolhimento e inclusão na sala de aula aconteça de forma mais acolhedora para os estudantes com autismo, quando a gestão escolar propicia esses momentos de formação com o tema voltado para as características de aprendizagem do aluno TEA, o educador começa a olhar para aquele estudante com outros olhos, porque ela passa a encontrar novos caminhos e práticas alfabetizadoras para auxiliar o mesmo nesse processo.

O interesse pelo tema escolhido surgiu em uma experiência de estágio não obrigatório onde foi perceber, em uma sala de aula do 1º ano da educação básica, como auxiliar de classe de 15 estudantes e entre eles um aluno TEA, a professora regente tinha muita dificuldade em desenvolver estratégias metodológicas que envolvessem aquele indivíduo no processo de ensino e aprendizagem e isso acabava frustrando-a no momento de realizar as atividades propostas para a turma que tinham como finalidade alcançar os objetivos propostos nas habilidades e direitos de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular.

Esse motivo, apesar de pessoal, é um dos elementos que justificam a importância social e acadêmica deste trabalho, uma vez que poderá dar subsídio a docentes de como nortear sua prática pedagógica para promoção de ensino e aprendizagem de crianças com autismo. Ainda sobre o meio acadêmico, esta pesquisa é relevante por tratar de um assunto que está sendo debatido e vivenciado em nossa sociedade, é necessário que existam estudos e artigos que visem explorar e discutir formas que façam uso de uma boa prática pedagógica para podermos dar visibilidade e direitos de aprendizagem aos alunos TEA.

Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser examinados por meio de números e dados exatos, a pesquisa qualitativa (MINAYO,1994). Trata-se de uma abordagem centrada na dinâmica das relações sociais, baseada em produzir informações aprofundadas e ilustrativa na intencionalidade de identificar estratégias metodológicas utilizadas por professores no processo de alfabetização e letramento de estudantes TEA.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, também conhecida como pesquisa de campo, a qual segundo Gil (2010, p.26) é um método que busca responder perguntas para ampliar o conhecimento existente sobre determinado objeto de estudo motivado pela curiosidade e aprendizados para o compartilhamento com toda a sociedade.

Para realização desta investigação foi necessário iniciar-se a partir de uma pesquisa bibliográfica através de artigos disponibilizados já publicados em revistas científicas, livros de autores especializados na área de alfabetização e letramento, espectro do autismo com a finalidade de dar aporte teórico às construções nesta investigação. Por conseguinte, a investidura ao campo de pesquisa que se iniciou com a delimitação dos sujeitos de pesquisa, que foram professores que atuam no município de Camaçari que já tenham tido ou tem estudantes com TEA na faixa etária de 6 a 7 anos de idade. Essa delimitação etária se deu em função de ser a idade em que se inicia o processo de alfabetização.

Fizeram parte da pesquisa 8 professores, todos da rede privada de ensino. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um questionário pelo google forms, a fim de realizar a coleta dos dados. O Forms foi utilizado por conta do atual cenário que vivemos, em meio a uma pandemia decorrente da covid-19, o que impossibilitou visitas presenciais ao campo de estudos. Os dados foram coletados e analisados à luz do referencial teórico descrito neste trabalho, bem como com algumas literaturas cujo diálogo se deu na construção do curso de Pedagogia.

## **2. AUTISMO: ALGUMAS REFLEXÕES**

### **2.1 O que é autismo?**

O significado do termo autismo origina-se do Grego *autós*, que significa “de si mesmo” de acordo com Tuchman (2009) o Transtornos do Espectro Autismo (TEA) é o misto de dificuldades que variam conforme a área de menor ou maior prejuízo para o indivíduo, como por exemplo, as áreas da interação social, comunicação e comportamental. Trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento com impactos importantes no desenvolvimento do indivíduo e que começa a se manifestar a partir dos primeiros três anos de vida. As pessoas com autismo compartilham estas dificuldades, mas cada um deles é afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares, e por existir essas variações o autismo se caracteriza como espectro abrangendo as suas diversas formas de manifestação.

Atualmente a definição de autismo está associada ao termo “Espectro”, pelo fato que tais características se apresentam de maneiras e graus diferenciados exigindo orientações e

tratativas diferentes. Hoje, o conceito de "autismo infantil" se estendeu a uma condição mais ampla do que aquela que foi descrita por Leo Kanner podemos encontrar "estados ou formas autistas" associados a doenças, como a epilepsia, paralisias cerebrais e síndromes genéticas, isso torna o diagnóstico difícil e é muito frequente o autismo passar despercebido e ser confundido com quadros patológicos. Ainda não existem testes ou exames de diagnóstico eficaz, a identificação da síndrome acontece por meio de observações feitas pela família, pela escola e por equipes multidisciplinares com o objetivo de avaliar e diagnosticar.<sup>1</sup>

O espectro como muitos acreditam, não é algo existente da nossa atualidade, algumas décadas atrás já se registravam comportamentos que se enquadravam ao quadro clínico que hoje conhecemos como Espectro do Transtorno Autista a única diferença é que ocorriam interpretações desassociadas ao que estudamos hoje. Baseando-se em aspectos históricos do autismo, Klin (2007) afirma que em 1943, Leo Kanner teria relatado 11 casos especificados por ele de “ distúrbios autísticos” por contato afetivo e percebeu que nesses casos acontecia o que ele chamava de uma “incapacidade de relacionar-se” de forma social com as pessoas desde o início da vida, também foi observado respostas indiferentes ao ambiente, que incluíam movimentos peculiares e repetitivos, na maioria das vezes desproporcionais beirando como o autor subliminarmente retratava a "bizarrice" além de, resistência à mudança ou insistência na rotina monótona.

Leo Kanner em 1943 foi um grande precursor da teoria sobre autismo, mas as suas investigações levavam o transtorno apenas para o âmbito psíquico, o mesmo acreditava que crianças oriundas de pais e mães rígidos, ou de mães que passaram por distúrbios emocionais no momento da sua gestação, tinham grandes chances de terem crianças autistas, porque para kanner o autismo se baseava, na falta de afeto e de relações emocionalmente de vínculos frangéis e inexistentes. Na verdade, o autismo está relacionado a desordem e aos múltiplos aspectos do desenvolvimento neurológico e a condições pré-existentes geneticamente. Por muito tempo essas afirmações teóricas de Kanner foram levadas em consideração, até cair por terra, ao longo de vários anos de pesquisas e estudos de casos clínicos.

Conforme o DSM - V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) (2013), existem níveis diferentes do espectro e são eles, autismo leve, moderado e severo. O autismo leve, também conhecido como síndrome de Asperger, apresenta comprometimentos mais brandos e está normalmente associado com a presença de habilidades acima da média e é até

---

<sup>1</sup> Segundo Gaiato (2018, p.22) “O próprio nome – Transtorno do Espectro do Autismo – já nos dá uma ideia de amplitude e variedade. Assim como o espectro da cor é uma decomposição da cor branca, o do autismo também passa por uma variedade de sintomas nas áreas de comunicação social e de interesses restritos e estereotipados”

três vezes mais comum em meninos do que em meninas. As crianças apresentam dificuldades para iniciar a relação social com outras pessoas e podem ter pouco interesse em interagir com os demais, mostrando construir respostas atípicas nas aberturas sociais, apresentando dificuldades para trocar de atividades e demonstram problemas de planejamento e organização.<sup>2</sup>

Ainda de acordo com o DSM-V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) (2013), no nível moderado, o indivíduo pode apresentar um grau um pouco mais grave do transtorno, (Dificuldades, comprometimento etc.) nas relações sociais e na comunicação verbal e não verbal, tem limitações em iniciar interações sociais e apresentam dificuldades ao se expressar mesmo com o apoio de outras pessoas. São também características comuns neste nível, ser intransigentes nos seus comportamentos, apresentar dificuldades com o surgimento de novos desafios e mudanças em seu cotidiano, além de ser comum, movimentos e rituais repetitivos os mesmos sofrem para modificar o foco das suas ações. No nível grave, também denominado como severo, o indivíduo passa por uma dificuldade extrema de lidar com mudanças, no geral, sente grande aflição quando precisa trocar de atividades, os comportamentos repetitivos interferem de forma intensa em toda a sua vida, seja em seu cotidiano familiar, tanto nas suas necessidades pessoais e no convívio social com os demais grupos. Neste nível os déficits são bem mais notórios, podendo impossibilitar o indivíduo a desenvolver a comunicação verbal, não verbal e até mesmo a locomoção de forma correta.

## **2.2 A inclusão do estudante com autismo na rede regular de ensino.**

No Brasil, o movimento de acesso e direito às pessoas com deficiência ao processo educacional de ensino deu-se inicialmente através de instituições especializadas, nas quais dava-se o atendimento considerando as deficiências apresentadas pelos sujeitos. Tal acesso dava às pessoas o caráter segregativo, ou seja, as pessoas com deficiência estavam segregadas em instituições específicas. Depois vamos perceber o processo de integração, que é justamente quando essas pessoas vão para a escola, mas não fazem parte do processo. Esta separação era tão explícita que os atendimentos a pessoas com necessidades especiais eram

---

<sup>2</sup> Apesar de existir uma classificação do transtorno em níveis, devemos lembrar que os comportamentos, as manifestações das características são particulares, podendo ele estar dentro de determinado grupo e apresentar outros comportamentos peculiares e distintos que não dizem respeito apenas ao seu transtorno. Nós trazemos o que os estudos indicam como características centrais e mais corriqueiras, mas a forma do desenvolvimento de cada sujeito dentro do espectro do autismo é particular e única.

feitos em locais distintos e reservados apenas a determinados grupos específicos, como por exemplo, o Instituto de Cegos, as instituições Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), foi dessa forma por muito tempo, até que o pensamento de uma educação inclusiva começou a ganhar força no país.

Posteriormente, vamos perceber o processo de inclusão, que é quando essas pessoas acessam a sala de aula e com esse acesso vem as exigências de modificações das instituições, das práticas metodológicas para que possam de fato incluí-las e é sobre esse contexto que é instituído no país a Política Nacional de Educação Especial e inclusiva decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, esse pensamento foi criado de forma definida e foi um movimento político, social e educacional que pensava a educação como um espaço de todos, pensando na escola como uma instituição sem barreiras e que perpassa os muros e preconceitos construídos ao longo de toda a história, ou seja é dever da escola estabelecer um ensino que pense em todos, possibilitando a permanência de cada indivíduo.

De acordo com Brasil (2006) as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. A escola como uma instituição regida por direitos e deveres tem como o papel principal priorizar a matrícula e permanência dos estudantes deficientes, este direito está presente na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) brasileira, a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). A referida legislação estabelece no Capítulo III, art. 4º, inciso III, que “é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Inclusive, o capítulo 5 da LDB 9.394/96 descreve somente aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades e peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais.<sup>3</sup>

Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146, determina no Capítulo IV, Do Direito à Educação art. 27º “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL,2015). A lei ressalta o direito da criança a uma

---

<sup>3</sup> A palavra “portador” foi utilizada para compor o texto da legislação brasileira LDB 9.394/96, mas entende-se que a ideia de portabilidade não se aplica mais a pessoas com deficiências, esse termo caiu por terra ao longo de anos de estudos e conclusões especificadoras sobre as capacidades e singularidades de pessoas com deficiência.



aprendizagem plena e fica sendo como dever da família, estado e comunidade escolar garantir o cumprimento da lei.

Ao Estado está o dever de promover, criar e organizar através de políticas públicas ações que possibilitem o acesso e a permanências desses estudantes na comunidade escolar, a garantia de matrículas e obras de infraestrutura e acessibilidade, que permitam o acesso de todos ao ambiente escolar, ou seja é dever do estado possibilitar o acesso dos estudantes nas escolas, incentivando a comunidade escolar por meio de recursos financeiros e estruturais, a aprendizagem também passa a ser um dever do estado por que é necessário que ocorra implementações de sistemas e recursos que possibilitem a acessibilidade dos estudantes, por exemplo acesso a livros didáticos em braile para cegos, um intérprete de libras em sala de aula para surdos e auxiliares de classe para aqueles que tenham necessidades especiais e necessitam de apoio para conseguir desenvolver as suas atividades. Por conta disso, fica sendo como dever do estado possibilitar e dar garantias de que todos terão as suas especificidades entendidas e acolhidas.

Fica sendo como dever da comunidade escolar a criação e implementação de um projeto político pedagógico (PPP) que priorize o atendimento especializado pensando em soluções e adaptações que atendam as características dos seus estudantes, garantindo ao mesmo o pleno acesso ao currículo, pensando em suas especificidades e na aprimoração do seu acesso à educação, ou seja a escola precisa entender a sua comunidade e conhecer o seu público para que a mesma consiga através dos recursos disponibilizados pelo estado, garantir uma aprendizagem significativa e pensada nos seus estudantes. Outro aspecto que a Lei nº 13.146 trás no Artigo 28º Inciso VI - “Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva” é dever da escola pensar em momentos de formação do educador que possibilitem o mesmo a pensar e desenvolver métodos assertivos, priorizando e possibilitando o uso de tecnologias assistivas para esses estudantes. Outras prerrogativas legais como a “Lei Berenice Piana” (Lei 12.764), de 2012, criadora da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, regulamentada pelo Decreto 8.368, de 2014, tem como principal garantia ao acesso a todos os brasileiros com TEA a escola educação básica.

É importante sinalizar que as modificações dentro do espaço, colocadas pela legislação, também priorizam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação considerando aspectos ainda mais específicos do processo de promoção de ensino e aprendizagem. No

artigo 28º Inciso VII da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146 apresenta o “Planejamento de estudo de caso, de elaboração e plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva” a elaboração de estudos de caso e o pensar em estratégias educacionais que priorizem a aprendizagem desse indivíduo de forma plena. Há ainda o destaque de que a escola precisa estar ciente das especificidades desse estudante e o estudo de caso, fará com que o educador consiga consolidar as suas práticas educacionais pensando nas peculiaridades desse indivíduo.

As prerrogativas legais estão postas de forma clara e uniforme no que se refere aos direitos que pessoas com deficiências têm perante a sociedade, especialmente sobre seu processo educacional. Sendo assim, as exigências versam sobre aspectos que variam desde o aspecto arquitetônico das instituições de ensino, acessibilidades pedagógicas e atitudinais. Além destes aspectos, discorre sobre a importância do atendimento educacional especializado, que é um serviço ofertado no turno oposto para trabalhar as habilidades não construídas na sala de aula regular e dar o suporte para a construção e potencialização de outras habilidades. É importante sinalizar que a formação docente, neste caso, a formação continuada é também um importante elemento para assegurar o processo de inclusão da pessoa com transtorno do espectro do autismo, pois não apenas leva o profissional ao conhecimento de aspectos, mas também o instrumentaliza para sua prática pedagógica efetiva e inclusiva.

Apesar do processo da educação inclusiva estar subsidiado por um aparato legal e as crianças com deficiência, altas habilidades e superdotação tenham seu processo educacional subsidiado por determinadas legislações, ainda há inúmeros desafios que possibilitem o efetivo processo inclusivo. Em considerando, de modo especial as crianças dentro do espectro do autismo, o processo de ensino a aprendizagem pode ser um grande desafio, não somente pelas especificidades individuais que cada criança pode apresentar, mas também pela dificuldade de compreensão e ou falta de formação continuada aos profissionais os quais acabam não sabendo qual direcionamento tomar durante o processo. Quando considerado ainda o processo de alfabetização, ao qual de forma geral, a criança inicia seu processo de aproximação com construção da leitura, a escrita e compreensão de mundo, os desafios podem ser ainda maiores.

### **3. A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM ESTUDANTES COM TEA.**

#### **3.1 Conceituando alfabetização.**

Durante algum tempo a alfabetização foi conceituada apenas como a sistematização e o reconhecimento do código, ler e escrever não passava apenas de codificar e decodificar as palavras, ou seja, acontecia apenas a simples relação entre os grafemas e fonemas, para ler era necessário ter o domínio do som das letras e da sua escrita. Passando-se os anos foi se percebendo que essa prática já não trazia bons frutos para a alfabetização de crianças e adultos e no começo dos anos 80 começou a surgir entre os teóricos e estudiosos da língua escrita uma nova expressão chamada de psicogênese da língua escrita. (Soares, 2003).

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1990) a psicogênese da língua escrita trás em sua característica os conhecimentos através das suas gêneses, ou seja, cada campo do conhecimento tem a seu momento de criação e esse período chega antes mesmo do desenvolvimento do código. O decodificar e codificar não fica sendo o único momento em que a criança está entrelaçada a alfabetização, o momento de criação da variação linguística escrita e falada, acontece antes mesmo de se saber escrever, elas representam esse momento único e particular como o letrar o mundo, o reconhecer os espaços e caracterizá-los antes mesmo de desenvolver a leitura decodificada, ou seja, a criança inicia esse processo antes mesmo de reconhecer a letras e os sons da palavra.

A alfabetização passa a ser antecedida ao momento de ler o mundo ao seu redor, por exemplo, uma criança que vai ao mercado com a sua mãe e está familiarizada com aquele ambiente, reconhece as marcas utilizadas no dia a dia por sua família, conseqüentemente a mesma quando estiver passando pelas prateleiras do mercado irá reconhecer a sua marca de achocolatado preferida. Segundo as autoras supracitadas, as crianças desenvolvem hipóteses antes de compreender o código e essas hipóteses são caracterizadas pelos níveis de escrita, sendo eles os níveis garatuja, pré-silábico, silábico com valor sonoro e silábico alfabético.

(FERREIRO, TEBEROSKY, 1990)

No nível da garatuja a criança ainda não percebe a diferença entre desenhos, letras ou números para a criança o desenho ainda é representado por um rabisco e pode ser descrito pela mesma, por seu nome, desenho da família ou os números, não existe ainda diferenciação do rabisco ao desenho propriamente dito, nesta fase precisa-se ficar atento a quando a criança consegue dizer que determinado rabisco representa o que foi solicitado ou se a criança insiste

em dizer que determinado rabisco representa a sua figura ou familiares, porque quando a criança consegue insistir no que está representando através do desenho é porque a mesma já está criando consciência por meio dos desenhos. (FERREIRO, TEBEROSKY, 1990)

No nível pré-silábico, a criança já conhece as letras do alfabeto e também já reconhece a escrita do seu nome, nessa fase a criança associa a escrita de todas as palavras, as letras com que ela está mais familiarizada, a escrita do seu nome, ou nome de familiares por exemplo, nessa fase a criança ainda não associa o som das letras a sua escrita e também ainda não consegue distinguir as sílabas das palavras, o exemplo claro de uma criança pré-silábica é quando a mesma escreve a palavra formiga com poucas letras e utilizando as letras que é mais conhecida por ela, o ato de escrever formiga com poucas letras se dá ao fato de que para as crianças a imagem representativa da formiga de ser um animal pequeno, a escrita também é direcionada ao tamanho da mesma. (FERREIRO, TEBEROSKY, 1990)

O nível silábico com valor sonoro a criança já reconhece o valor fonológico de algumas palavras e também já se apropria de algumas silábicas, as mesmas já compreendem que para ler determinado palavra precisa, reconhecer os sons presentes, muitas das vezes as crianças identificam o som mais forte presente nas palavras que são os sons das vogais, por exemplo, quando a criança escuta a professora falando a palavra “sapo”, ela já percebe que para falar “sapo” ela abre a boca duas vezes e reconhece as duas sílabas que compõem a palavra, mas a criança pode reconhecer apenas o som das vogais por ser mais forte, logo a criança colocará em seu caderno as seguintes letras “ao” ou “são” ou seja a consciência fonológica ainda está em construção. ( FERREIRO, TEBEROSKY, 1990)

Segundo (SOARES, 2000, p20). “O processo de alfabetização e letramento é essencial para que o sujeito consiga interagir na sociedade, isso porque o código linguístico se constitui de signos arbitrários convencionados socialmente, utilizados para transmitir uma ideia ou um ponto de vista, desenvolvendo comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais. Assim, é por meio da alfabetização e do letramento que o sujeito se torna capaz de perceber e compreender as mais diversas situações de interação que ocorrem na sociedade, conseguindo analisar crítica e reflexivamente a sua realidade, bem como modificá-la.”

Nesse processo de alfabetização cada criança compreende o código da escrita à sua maneira e com alunos TEA essa compreensão se torna mais peculiar de modo que eles aprendem de acordo com as suas singularidades, ou seja, cada criança apresenta formas e características próprias de responder ao processo de ensino e aprendizagem. Portanto é

importante compreender como este processo ocorre também a partir de profissionais que lidaram com essas demandas na prática.

### **3.2 Alfabetização e letramento de estudante com TEA: alguns resultados**

Os profissionais que participaram deste estudo trabalham em uma instituição privada, com estimativa de 2 anos de atuação em sala de aula. Dos oitos voluntários que participaram da pesquisa seis indicaram que estavam trabalhando com estudantes e os outros dois que já atuaram com crianças com TEA, importante ressaltar que quando questionados sobre o grau do autismo, sete indicaram ter trabalhado com estudantes com grau moderado e um com o grau leve, nenhum dos voluntários marcaram a alternativa de grau severo.

No critério **Formação**, todos tinham a graduação em Pedagogia e apenas um era pós-graduado(a) em educação infantil. No entanto, quando vamos para a questão mais específica sobre alguma formação no âmbito da educação especial e inclusiva, ou ainda específica sobre autismo de oito apenas dois já tiveram alguma formação neste sentido e os demais disseram que não tiveram nenhuma formação continuada. A formação continuada é de extrema importância no processo de construção do trabalho docente com estudantes TEA, ela auxilia os educadores no momento de buscar métodos e estratégias que potencializam as práticas metodológicas em seu fazer docente. (SCHMIDT,2017)

Quando questionados sobre a escola em que trabalha ou trabalhou com criança com TEA ter dado algum subsídio formativo ou de pessoal (auxiliar de classe, cuidador) para auxiliar no trabalho com a criança em sala de aula, as respostas foram divididas, quatro dos oitos entrevistados contaram com suporte de psicopedagogo, apoio de psicólogo 4/8, auxiliar de classe 4/8 Já a outra metade de entrevistados não receberam auxílio da unidade escolar para trabalhar com o estudante com autismo.

É indispensável que a escola, enquanto instituição crie formas e meios de promover o processo inclusivo e ele perpassa por ações que envolvem todo corpo escolar. Fica instituído na legislação, Lei brasileira de inclusão 13.146/2015 Art. 59 que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, métodos, técnicas, recursos educativos e instrumentos específicos, para atender às suas necessidades.

No que se refere ao critério **Estratégias Metodológicas**, os profissionais indicaram: **a estimulação sensorial através de recursos concretos e lúdicos** como jogos para prender a atenção do estudante, quebra cabeça e jogos com peças de montar, também faziam uso de estratégias como o alfabeto móvel para o aluno formar sílabas, jogos dos 7 erros para

estimular o pensamento lógico. A estratégia de trabalhar com objetos concretos de forma contextualizada favorece o estímulo ao desenvolvimento das expressões orais e não orais desse indivíduo, além de aprimorar as habilidades psicomotoras da criança. Vale ressaltar a importância de fazer uso da ludicidade no momento da aprendizagem, fazendo com que o momento se torne único, mágico e facilitador no processo de desenvolvimento da leitura e escrita.

Outra estratégia metodológica evidenciada pelos educadores foi o **trabalho em pares e em grupos** realizada para promoção da interação com os demais alunos da turma. De acordo com o DSM - V ( Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) (2013), às crianças TEA, apresentam dificuldades para iniciar a relação social com outras pessoas e podem ter pouco interesse em interagir com os demais, mostrando construir respostas atípicas nas aberturas sociais. Por isso esse método de trabalhar entre pares com esse estudante é de grande importância no processo de aprendizagem, por que busca potencializar as habilidades sociais desse indivíduo, tornando pleno o seu processo de ensino e aprendizagem.

As **atividades personalizadas** foram mais uma estratégia utilizada no processo de alfabetização de crianças com TEA. Isso significa que, o professor precisa aproximar-se desta criança, compreender suas potencialidades para a partir daí montar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDDI). Neste plano, o professor deverá considerar as especificidades da criança com TEA como coordenação motora, interação, linguagem (Compreensão, expressão oral e escrita), níveis de Atenção, Memória, Percepção, Raciocínio Lógico e Funções Motoras. Essa é uma estratégia mais voltada ao processo de planejamento que direciona o trabalho docente nas ações pedagógicas norteando de forma mais efetiva os objetivos da aprendizagem da criança.

A partir do planejamento pelo PDDI, será possível desenvolver outra estratégia metodologia que são as **atividades adaptadas**. Nem sempre será necessário adaptar, mas havendo a necessidade é extremamente necessário que o professor coloque oferta atividades que estejam dentro das possibilidades de realização da criança, considerando elementos como recursos necessários, utilização de materiais concretos e aspectos lúdicos conforme já sinalizado. No que se refere ao lúdico, é importante a tentar para a questão das cores pois, dependendo da criança com TEA este pode ser um elemento de excesso de informação, o que pode dificultar a compreensão de determinadas atividades.

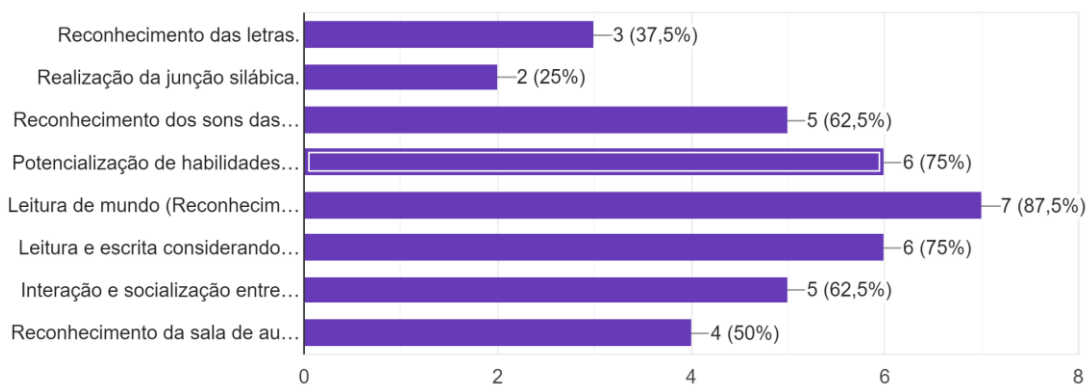
O uso de materiais concretos no momento de alfabetização e letramento dos estudantes TEA é um grande auxiliador no processo, por ser um diferencial e adaptável às necessidades daquele estudante, a personalização dessas atividades com materiais concretos,

faz com que o professor tenha mais possibilidades e apresente a esses alunos recursos que faça o mesmo prender o interesse nas atividades que está realizando, pois o material personalizado respeita as peculiaridades e potencializa as habilidades desse estudante.

Compondo as práticas pedagógicas é importante considerar o processo de avaliação, neste sentido, se fez necessário entender, diante de suas práticas pedagógicas, como esse educador entendia o processo de avaliação dentro da educação especial e inclusiva, especialmente considerando o trabalho desenvolvido com a criança com TEA conforme descrição no **Gráfico 1**.

De acordo ao que é representado no **Gráfico 1**, percebe-se que os profissionais que participaram deste estudo, consideram como critério mais relevante como elemento avaliativo decorrente de sua prática pedagógica é claro a partir de das estratégias que propõem como facilitadoras do processo de alfabetização da criança com TEA, a “Leitura de Mundo”, para o qual o reconhecimento de produtos; leituras de símbolos, placas etc. pode ser trabalhado com a criança. Ações em parceria com a família podem potencializar atividades que podem contribuir de forma significativa ao processo. Uma simples ida ao supermercado, pode ser um momento de extrema aprendizagem neste processo de letramento. É importante porque no processo de alfabetização precisamos considerar a realidade do estudante.

**Gráfico 1.** Principais critérios considerados no processo de avaliação do estudante com TEA.



Fonte: A autora

Outro ponto que se destaca é a interação e socialização desse estudante, elemento que para o estudante com TEA tem mais peso e valor no momento de considerar os progressos, pois esse é o campo de maior dificuldade para os mesmo. Uma das características mais comuns entre as pessoas com autismo é a dificuldade de interação social e dependendo do grau do

autismo esse processo fica ainda mais comprometido. Por isso, utilizar estratégias pedagógicas que possibilitem a interação entre os estudantes e seja um dos elementos do processo avaliativo é também uma forma de avaliar o desenvolvimento os estudantes com TEA.

O reconhecimento das letras e a sua junção silábica, foram menos evidenciado como elemento levando em consideração no processo avaliativo. Isso indica que os professores trabalham a questão do reconhecimento das letras, a leitura, a escrita, mas estão dando mais ênfase às potencialidades destes estudantes.

Pode-se pensar então que quando esses estudantes estão incluídos em uma classe regular, as habilidades e competências são as mesmas exigidas para os demais educandos matriculados na educação básica, no entanto há as especificações considerando suas necessidades educacionais especiais. Assim, para o estudante da educação inclusiva “o currículo a ser desenvolvido é o das diretrizes nacionais para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica: educação infantil, educação fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional” (BRASIL, 2001, p. 57).

#### **DADOS DO GRÁFICO:**

- Reconhecimento das letras.
- Realização da junção silábica.
- Reconhecimento dos sons das letras.
- Potencialização de habilidades do cotidiano.
- Leitura de mundo (Reconhecimento de produtos; leituras de símbolos, placas etc.)
- Leitura e escrita considerando as particularidades de cada estudante. Leitura e escrita considerando as particularidades de cada estudante.
- Interação e socialização entre os pares.
- Reconhecimento da sala de aula enquanto espaço distinto de seu seio familiar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo “identificar estratégias metodológicas que podem ser desenvolvidas por professores durante o processo de alfabetização e letramento dos alunos TEA, que podem favorecer o processo de aprendizagem destes estudantes”. Para tanto discutiu-se sobre o autismo bem como o processo de inclusão destas crianças na escola regular. Foi possível evidenciar às práticas metodologias de ensino diferenciadas para alunos que estejam na fase de desenvolvimento da leitura e da escrita considerando as especificidades do espectro do autismo.

A hipótese de trabalho de que apesar da necessidade de ter estratégias metodológicas, a maioria dos docentes não sabem como conduzir o processo de ensino da criança com TEA porque eles também não têm informações ou formações que contribuam de forma significativa com vivências em sala de aula, foi refutada. Isso porque, considerando a amostra dos professores estudada, a maioria dos profissionais apenas de conhecerem pouco sobre o espectro, especialmente porque não lhe é ofertado formação continuada específica, utilizaram estratégias metodológicas com práticas e recursos que melhor atendem as demandas específicas das crianças com autismo. Contudo, entende-se também que essas informações podem não ser suficientes para montar estratégias específicas para a diversidade de estudantes com TEA até pelas especificidades que cada um irá apresentar. Por isso, é necessário que haja mais e maior ampliação do processo de formação docente a fim de que as práticas metodológicas exitosas também se ampliem e possam servir de direcionamento para muitos profissionais.

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista em escolas regulares tem sido abordada nos tempos atuais com mais expressão que antigamente e têm apontado a existência de muitos estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das mesmas. Esse fato vem gerando muita preocupação no meio científico e educacional, uma vez que essas crianças, assim como as demais, são detentoras de identidades tanto biológicas quanto sociais que precisam ser consideradas e valorizadas. Percebe-se que trazer metodologias ativas da aprendizagem se contraponham a esses estigmas e estereótipos acerca do desenvolvimento da escrita e leitura das pessoas TEA (Transtorno do Espectro Autista), sobretudo no que tece ao seu aprendizado e desenvolvimento que vem sendo trabalhado através de um olhar determinista impedindo muitos de acreditarem no potencial que eles têm a desenvolver ao longo do processo educacional.

É indiscutível que o processo de ensino exige práticas pedagógicas especiais e próprias, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada estudante. É importante salientar que, assim como a linguagem oral, o processo de alfabetização e letramento é essencial para a consolidação das relações interpessoais, principalmente para os estudantes TEA. Eles necessitam que exista estímulos para as suas habilidades de comunicação e expressão, para que possam diminuir a barreira da dificuldade de socialização.

O uso de metodologias ativas, que foram evidenciadas através de algumas estratégias metodológicas descritas neste trabalho, busca trazer novas possibilidades de experienciar o processo de escrita e alfabetização. As metodologias ativas, segundo Torres (2014) se apresenta com “Um dos princípios [...] de promover a interação entre os estudantes com o propósito de resultar em uma aprendizagem participativa e significativa, dentro e fora de sala de aula, como é o caso da aprendizagem cooperativa e aprendizagem colaborativa.” Esse tipo de metodologia colocará o aluno com autismo a praticar novas formas de compreender o código e o professor poderá trazer atividades que o envolvem, trazendo as suas singularidades para esse processo, o que ele gosta, o que não gosta, o que ele tem paixão e o que não se interessa tanto assim. Essa busca deverá ser feita com a participação da família e por conta disso é necessário que mais uma vez toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo, as peculiaridades identificadas por esse familiar poderão fazer com que a professora consiga envolver o educando de forma ativa no processo.

Toda criança tem seu tempo de alfabetização, e a criança dentro do espectro do autismo pode realizar esse processo de forma mais aproximada com os colegas, como também pode ter um grande distanciamento. Neste sentido, é importante que se entenda as especificidades do espectro para saber entender e respeitar que essas crianças terão seu tempo no processo de alfabetização. É importante se fazer ainda mais intenso e intrínseco o processo de alfabetização para que o educador crie estratégias metodológicas que se adequem à criança com autismo a qual está lidando, como por exemplo a utilização de material concreto no processo de representação.

As mudanças metodológicas precisam ser feitas de maneira uniforme entre através do diálogo escola e professor, pois as adaptações são necessárias do ponto de vista curricular, das avaliações e pedagógicas. Assim, é necessário que estados, municípios e até mesmo a unidade escolar disponibilize momentos de formação continuada orientando o desenvolvimento de novas práticas ou seja é necessária uma estrutura bem consolidada da comunidade escolar pois sendo o contrário evidencia a falta de possibilidades no potencial do estudante, tratando-

o de forma desigual, privando-o de seu direito de ser tratado com igualdade, como retrata a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

Em uma perspectiva mais diretiva, é importante que a gestão escolar tenha um olhar mais humanizado e tenha o conhecimento sobre o efetivo processo de inclusão para poder garantir ao estudante uma experiência plena em sala de aula pois, ter seus direitos garantidos impacta positivamente na sua educação e em seu processo de inclusão social.

É nesse ponto também que chegamos ao dever das famílias, que é o de possibilitar a esses indivíduos o acompanhamento médico necessário e multidisciplinar para que os mesmos tenham um diagnóstico estabelecido e que esteja em mãos tanto da família como da escola para que esse atendimento individual e especializado tenha embasamento e potencialize as características e percepções do estudante TEA. A parceria entre família e escola parece jargão, mas, especialmente quando se trata do processo inclusivo, há grande significância, pois, a troca auxilia ambas as instituições sociais (família e escola) a lidar e promover o desenvolvimento da criança com TEA de forma integral.

As dúvidas e inquietações sobre o processo de alfabetização de crianças com TEA que persistiram durante o curso de Pedagogia e foram ainda mais reforçadas no período de estágio na Educação Infantil, foram esclarecidas através das leituras, diálogos e construções realizadas nesta investigação. No entanto, não se esgota aqui nesta pesquisa a vontade, interesse e necessidade de compreender de forma ainda mais aprofundada questões relacionadas ao processo de alfabetização e letramento da criança com TEA, especialmente por entender a necessidade de ampliar a discussão no meio acadêmico e potencializar educadores rumo práticas pedagógicas que efetivamente promovam o processo inclusivo de forma significativa.

## **REFERÊNCIAS:**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5175649>; acesso em 15 de maio 2021

BATISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação-reflexões e propostas de intervenção**. Artmed Editora, 2002

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012. Brasília: 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 30 de Maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013. Brasília: 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em: 01 de Abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 21 de Abril de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, p.174.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. Alfabetização e letramento: **repensando o ensino da língua escrita**. Videtur, v. 29, 2004.

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KANNER, Leo. Autismo infantil e as esquizofrenias. **Ciência do comportamento**, v. 10, n. 4, pág. 412-420, 1965.

KLIN, Ami et al. Definindo e quantificando o fenótipo social no autismo. **American Journal of Psychiatry** , v. 159, n. 6, pág. 895-908, 2002. Disponível em: <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/appi.ajp.159.6.895>; Acesso em: 15 de Maio de 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

RATHKE, C. I.; LIMBERGER, L. V.; ROSA, C. L. P. DA. Alfabetização através do letramento: Atividade com o Alfabeto. **Anais do Salão de Ensino e de Extensão**, p. 251, 2013.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

SOARES, Magda Becker. **Aprender a escrever, ensinar a escrever**. A magia da linguagem, v. 2, p. 49-73, 1999.

SOARES, M. B. **Letrar é mais que alfabetizar**. Jornal do Brasil, 26 nov. 2000.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo. Contexto, 2016. *E-book*.

SCHMIDT, Carlo et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: teoria e prática**, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016. Disponível em; [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1516-36872016000100017](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-36872016000100017) acesso em 16 de junho de 2021

TARTUCE, Flavio. **Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**: Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. **Parte II**, 2015.

TORRES, Patrícia Lupion. Laboratório on-line de aprendizagem: **uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação**. Tubarão: Ed. Unisul, 2004.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. Epilepsia no autismo. **The Lancet Neurology** , v. 1, n. 6, pág. 352-358, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1474442202001606> Acesso em 14 de maio de 2021.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos**. Org. por Michael Cole et al. 2000.